



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de junho de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

10:00 HORAS

1. *Audição do Coordenador da Task-Force para o Plano de Vacinação contra a Covid-19, Vice-Almirante Henrique Gouveia e Melo, em conjunto com a CEAMCOVID19, por videoconferência, a requerimento do PSD;*
2. *Informações;*
3. *Apreciação e votação da ata n.º 77, de 16 de junho de 2021;*
4. *Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 1172/XIV/2.ª (PSD), que «Recomenda ao Governo a implementação urgente do Plano Estratégico Nacional de Telesaúde», do Projeto de Resolução n.º 1331/XIV/2.ª (PS), que «Recomenda ao Governo a atualização e implementação do Plano Estratégico Nacional para a Telesaúde» e do Projeto de Resolução n.º 1341/XIV/2.ª (BE), relativo à «Implementação de medidas para uma verdadeira possibilidade de telesaúde no Serviço Nacional de Saúde»;*
5. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1290/XIV/2.ª (PAN) «Recomenda ao Governo que torne públicos os dados decorrentes do artigo 3.º da Portaria n.º 310/2016 referentes a obstetrícia e neonatologia»;*
6. *Outros assuntos.*

1. Audição do Coordenador da Task-Force para o Plano de Vacinação contra a Covid-19, Vice-Almirante Henrique Gouveia e Melo, em conjunto com a CEAMCOVID19, por videoconferência, a requerimento do PSD

A Presidente agradeceu a presença do Coordenador da Task-Force para o Plano de Vacinação contra a Covid-19, Vice-Almirante Henrique Gouveia e Melo, concedendo-lhe de seguida a palavra para que este fizesse a sua intervenção inicial.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

O Coordenador da Task Force descreveu o ponto atual da vacinação em Portugal, apresentando dados sobre a percentagem de pessoas já vacinadas, tendo igualmente referido que não é por falta de capacidade operacional, mas sim por escassez de vacinas que o plano tem sido alvo de revisão, tendo identificado a irregularidade na disponibilidade das vacinas como uma das suas principais preocupações. Discorreu igualmente sobre a capacidade dos centros de vacinação, que pode ser aumentada caso se aumentem os seus horários de funcionamento. Reconheceu também que o objetivo de atingir 70% da população vacinada a 8 de agosto poderá ser comprometido pelo não cumprimento pontual na entrega de vacinas. Mais explicou a razão por detrás da existência de variações na percentagem de população vacinada entre as diferentes regiões do país, declarando que essas diferenças se têm vindo a esbater com o avançar da vacinação. Referiu ainda a preocupação provocada pela variante Delta, a prevista redução do intervalo entre a toma das duas doses da vacina da AstraZeneca e deu dados sobre a vacinação da população prisional e migrante.

A Deputada Sandra Pereira, do GP requerente, congratulou o Coordenador pelo trabalho feito até ao presente momento, demonstrando ainda preocupação pela atual situação e pelo facto de se estar a testar abaixo da média. Colocou perguntas sobre a operacionalização do plano, a capacidade de vacinação diária, o prazo em que se alcançará a meta dos 70% de população vacinada, bem como pediu um balanço sobre a campanha de vacinação nos estabelecimentos prisionais.

O Coordenador da Task-Force frisou que não tem havido falta de recursos humanos e que as autarquias têm contribuído muito, manifestando, contudo, preocupação com o aproximar do período de férias e o esgotamento dos profissionais de saúde, cujo trabalho enalteceu. Salientou ainda que há capacidade para vacinar mais pessoas e que o ritmo poderá ser mantido desde que cheguem as correspondentes vacinas. Referiu também que a previsão da data para se atingir os 70% de população vacinada se situa nas primeiras três semanas do mês de agosto e que tudo dependerá da disponibilidade e da entrega das vacinas, tendo fornecido ainda detalhes acerca do processo de vacinação da população reclusa e sobre a toma da segunda dose da vacina da AstraZeneca.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Sara Velez, que congratulou o Coordenador da Task-Force pela sua atuação, relembrou o caminho já percorrido até à situação atual e elencou razões para o sucesso do plano de vacinação; Moisés Ferreira,



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

que colocou questões sobre a atual situação no que concerne à entrega de vacinas, as perspectivas de entrega e as razões dos atrasos nas entregas, tendo ainda perguntado sobre a possibilidade de haver escassez de vacinas e sobre a vacinação das populações migrantes; Paula Santos, que notou a preocupação que representa a escassez de vacinas, tendo questionado sobre as garantias de entrega das vacinas contratualizadas, bem como perguntou se o aumento dos horários dos centros de vacinação tem sido acompanhado do correspondente aumento dos recursos humanos e do respeito pelos direitos dos trabalhadores; Ana Rita Bessa, que perguntou como vão ser geridas as limitações dos stocks de vacinas, tendo questionado ainda sobre as quebras de vacinação ao fim de semana, sobre o papel das farmácias no apoio à vacinação, sobre se tem havido problemas com os agendamentos da faixa dos 35 aos 37 anos e sobre a previsão do fim da missão enquanto Coordenador.

O Coordenador da Task Force explicitou como se tem processado a vacinação por faixas etárias, nomeadamente qual o mecanismo que determina o início da vacinação da faixa etária subsequente, como garante de uma vacinação abrangente sem sacrificar o ritmo do processo. Relembrou ainda que a contratualização e a negociação das vacinas é da responsabilidade do INFARMED, sendo que o ritmo é calculado com base nos contratos já estabelecidos. Esclareceu que as populações migrantes têm sido alcançadas através da colaboração com as associações que as apoiam, no sentido de serem encontrados e vacinados os migrantes ilegais, esclarecendo igualmente que a população sem-abrigo também já foi vacinada. Deu ainda exemplos da falta e da irregularidade de disponibilidade de vacinas e da gestão de stocks que é necessário fazer. Esclareceu ainda a razão para as quebras de vacinação aos fins de semana e informou que sempre lhe foi garantido que existirão os recursos humanos necessários para fazer face às contingências do plano. Explicou igualmente que as farmácias não têm sido escolhidas para coadjuvar no processo de vacinação por razões práticas, nomeadamente por falta de condições para assegurar o recobro necessário, bem como explicitou a estratégia que está a ser aplicada no caso da faixa etária dos 35 aos 37 anos. Concluiu dizendo que, se as metas forem cumpridas, a partir de setembro, a missão será mais tranquila, e que, apesar de a situação ser ainda de emergência, se começa a ver a luz ao fundo de túnel.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Sara Velez, Sandra Pereira, Paula Santos e Ana Rita Bessa, que o Coordenador da Task-Force prestou.

A Presidente voltou a agradecer a disponibilidade do Coordenador da Task-Force e a pertinência dos esclarecimentos prestados, tendo de seguida encerrado a audição.

2. Informações

A Presidente recordou que havia sido criado na última reunião o GT para o processo legislativo relativo à canábis, aguardando-se a indicação dos Deputados que o irão integrar. Pelos Grupos Parlamentares do BE e do PCP foram indicados, respetivamente, o Deputado Moisés Ferreira e a Deputada Paula Santos.

A Presidente informou que o PCP requereu o agendamento da discussão, na reunião de hoje, do PJR n.º 1351/XIV/2.ª (telessaúde), em conjunto com outros sobre o mesmo assunto. No seguimento de deliberação tomada pela Comissão, no início da legislatura, o PJR não foi incluído na OD, porque não baixou até sexta-feira passada, mas apenas na segunda-feira. Perguntou se todos os Grupos Parlamentares estavam de acordo com a inclusão deste PJR na discussão.

A Deputada Hortense Martins e o Deputado Moisés Ferreira manifestaram o seu acordo. O Deputado Alberto Machado disse que o PSD não se opõe, mas que entende que em próximas vezes o procedimento deverá ser idêntico.

A Presidente deu conta de que, de acordo com as orientações aprovadas pela Comissão, não se incluem na OD os PJR que baixem depois da sexta-feira anterior à reunião. Estas questões são sempre trazidas à Comissão, para deliberação, pois esta é soberana e assim se continuará a proceder. Neste caso, por decisão da Comissão, o PJR n.º 1351, do PCP, será acrescentado no ponto 4 da OD.

Finalmente a Presidente fez ainda um ponto de situação das convocatórias para audições: esta confirmado para dia 30 de junho, às 10h, o Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar (TEPH) e, para as 11h, está convocado o Conselho Diretivo do INEM, audições requeridas pelo BE, «sobre a contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»; no dia 7 de julho, às 9h, está confirmada a 4.ª audição regimental da Ministra da Saúde e, para o dia 14 de julho, às 10h, está convocada a SPEPH, requerida pelo PS.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

A Deputada Paula Santos voltou a sinalizar a necessidade de realização da audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, sobre as dificuldades que este Centro está a enfrentar.

3. Apreciação e votação da ata n.º 77, de 16 de junho de 2021

O Deputado António Maló de Abreu referiu querer aditar à Ata n.º 77 um documento, relativo à questão abordada durante a audição da CNCP sobre os dados referentes às camas para cuidados paliativos, pois na intervenção da Deputada Anabela Rodrigues foram facultados dados que não correspondem à realidade, como teve oportunidade de dizer nessa audição.

A Deputada Hortense Martins requereu o adiamento da votação, por não estar presente a Deputada Anabela Rodrigues para exercer o contraditório.

A votação da Ata foi adiada para a próxima reunião.

4. Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 1172/XIV/2.ª (PSD), que «Recomenda ao Governo a implementação urgente do Plano Estratégico Nacional de Telesaúde», do Projeto de Resolução n.º 1331/XIV/2.ª (PS), que «Recomenda ao Governo a atualização e implementação do Plano Estratégico Nacional para a Telesaúde» e do Projeto de Resolução n.º 1341/XIV/2.ª (BE), relativo à «Implementação de medidas para uma verdadeira possibilidade de telesaúde no Serviço Nacional de Saúde»

A Vice-Presidente, Deputada Paula Santos, assumiu, neste ponto da OD, a condução dos trabalhos.

O Deputado Alberto Machado apresentou o PJR n.º 1172/XIV/2.ª e explicou que a pandemia Covid-19 veio aumentar as dificuldades no acesso e na continuidade dos cuidados de saúde prestados aos portugueses, com consequências nefastas ao nível da morbilidade e da mortalidade, sabendo-se que neste período aumentou o recurso à telemedicina e telesaúde, embora muitas consultas fossem apenas através de contactos telefónicos, sem contacto visual. O PSD considera urgente repensar a estratégia a utilizar no domínio da telesaúde, tendo por base o que se aprendeu até hoje, bem como concretizar o Plano Estratégico Nacional de Telesaúde (PENTS) aprovado em 2019, pelo Governo. Recomenda assim um conjunto de medidas, a concretizar, umas em 2021 e outras em 2022, visando, designadamente, aumentar o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

recurso à telemonitorização e à teleconsulta nos programas de hospitalização domiciliar, pelos médicos de família e ainda como apoio aos doentes de maior risco e doentes crónicos. Recomenda também a criação de uma equipa de missão para implementar o PENTS, a regulamentação, divulgação, elaboração e atualização de Normas de Orientação Clínica na área da tele saúde, a articulação com a ERS, a criação de Redes Nacionais de Tele saúde ao nível das diversas especialidades médicas, a inclusão de conhecimentos de tele saúde nos cursos de formação dos vários grupos profissionais ligados à saúde, a valorização da investigação a nível das tecnologias de suporte e a aprovação de legislação sobre o direito dos cidadãos à tele saúde.

A Deputada Hortense Martins apresentou o [PJR nº 1331/XIV/2.ª](#), salientando ser essencial a atualização e implementação do Plano Estratégico Nacional de Tele saúde aprovado em 2019, para garantir o acesso dos cidadãos aos serviços digitais de saúde, promovendo-se assim a desmaterialização de serviços, através da inclusão de soluções de tele saúde que abrangem todos os níveis da prestação de cuidados. Referiu igualmente ser importante promover medidas como a teleconsulta nos cuidados de saúde primários e o acompanhamento por via digital de doentes crónicos, estabelecendo-se uma resposta integrada e articulada entre as diferentes unidades do sistema de saúde. Salientou também a atenção que deve ser dada à formação dos profissionais de saúde na temática da tele saúde, reforçando-se assim a sua incorporação nas normas orientadoras e processos próprios da atividade dos diversos grupos profissionais. Referiu ainda que deve ser criado um quadro legislativo regulador da tele saúde, frisando a colaboração que deve existir entre as instituições de saúde, a academia e a indústria, bem como com as associações de doentes, para desenvolver políticas e soluções abrangentes, inovadoras e eficientes, acompanhadas da necessária monitorização e gestão da qualidade do serviço, bem como da renovação, contratualização e formação dos meios técnicos e humanos necessários para reforçar a capacidade, a segurança da resposta da atividade em tele saúde.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [PJR nº 1341/XIV/2.ª](#), começando por recordar a criação do Centro Nacional de Tele saúde e a importância da sua atividade, notando contudo os constrangimentos que impediram o seu desenvolvimento. Notou ainda as mudanças de paradigma trazidas pela pandemia de Covid-19 e o crescimento dos números de consultas e outros atos médicos praticados a distância, ainda que com



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

assimetrias entre as diversas regiões do país. Referiu que é por isso necessário dar um impulso decisivo para assegurar o acesso de todos às respostas de telessaúde, nomeadamente através do reforço das unidades do SNS com equipamentos tecnológicos adequados, do aumento dos recursos humanos e da formação dos atuais quadros, de forma a garantir uma resposta eficaz e atempada e da interoperabilidade dos sistemas de informação existentes no SNS, o que facilitará a comunicação e o acesso a informação, dentro de regras estritas, que respeitem a privacidade e segurança desses dados.

Neste ponto dos trabalhos o Vice-Presidente, Deputado Alberto Machado, assumiu a presidência da reunião.

A Deputada Paula Santos apresentou o [PJR n.º 1351/XIV/2.ª](#), referindo que a utilização de respostas em telessaúde pode representar um caminho para o reforço da resposta do Sistema Nacional de Saúde (SNS), com os correspondentes ganhos para a saúde dos seus utentes, sendo por isso fundamental assegurar um quadro legislativo que consagre o acesso à telessaúde como parte integrante do direito à saúde, o reforço das unidades do SNS com os meios adequados e necessários à concretização dos programas de teleassistência e monitorização à distância e a integração de cuidados a todos os níveis de atuação do SNS, para se assegurar um fluxo de informação em condições seguras e protetoras dos dados de saúde. Declarou ainda ser essencial pugnar pelo acesso universal à teleconsulta, nomeadamente junto das estruturas residenciais para idosos e dos locais de trabalho, e promover a participação, a articulação e a interoperabilidade entre as diversas entidades profissionais, industriais, académicas e sociais envolvidas e com responsabilidades no âmbito da telessaúde, de modo a garantir respostas inovadoras, eficientes, abrangentes, eficazes, seguras e protetoras da privacidade dos dados dos utentes.

A Informação relativa à discussão conjunta destes PJR será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1290/XIV/2.ª (PAN) «Recomenda ao Governo que torne públicos os dados decorrentes do artigo 3.º da Portaria n.º 310/2016 referentes a obstetrícia e neonatologia»



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

A Deputada Bebiana Cunha apresentou o [PJR n.º 1290/XIV/2.ª](#), tendo chamado a atenção para a Portaria n.º 310/2016, publicada no DR de 12 de dezembro, que define os requisitos técnicos de funcionamento das unidades privadas e dos estabelecimentos hospitalares do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que tenham por objeto a prestação de cuidados de saúde na área da obstetria e neonatologia. Sabe-se que o parto eutócico (parto vaginal sem utilização de ventosa ou fórceps), corresponde atualmente, segundo os dados mais recentes no Pordata, apenas a 45,70% do total de partos em Portugal, sendo os restantes por cesariana ou com recurso a ventosa e/ou fórceps. Não são, contudo, divulgados os indicadores que permitiriam analisar as razões justificativas do tipo de parto, embora tal esteja previsto na legislação, pelo que o PAN recomenda ao Governo que torne públicos os dados de obstetria e neonatologia, recolhidos em unidades privadas e dos estabelecimentos hospitalares do SNS, e os divulgue semestralmente a partir de 2021. Deverá, até 30 de setembro de 2021, divulgar os dados relativos ao primeiro semestre e, até 30 de março do ano seguinte, os dados relativos ao segundo semestre, com os dados anuais.

A Deputada Susana Correia felicitou o PAN pela importância do assunto que é tratado no PJR. Destacou alguns aspetos regulados na Portaria, em especial o estabelecido nos artigos 3.º e 4.º, sublinhando a relevância da melhoria contínua das boas práticas e da colheita de indicadores. Salientou que é obrigatório, nos termos da Portaria, comunicar os dados/indicadores a um conjunto de entidades, designadamente à DGS. Assim, as medidas propostas têm por objetivo assegurar essas boas práticas, que são já obrigatórias.

O Deputado António Maló de Abreu felicitou também o PAN, informando que, basicamente, estão de acordo com as medidas propostas. Devem ser cumpridas as regras de comunicação de dados, mas duvida que a sua divulgação pública permita atingir os objetivos definidos no PJR, sendo crucial que estes dados sejam sempre anónimos.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o PAN e manifestou o seu apoio ao PJR. Considera que é de incentivar a divulgação de dados, para que seja possível o escrutínio público, e político, que são da maior importância.

A Informação relativa à discussão do PJR 1290 será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

6. Outros assuntos

O Presidente em exercício informou que foi remetida pela DAPLEN a proposta de redação final do texto resultante do PJR n.º 603/XIV/1.ª PS, sobre o «Dia Nacional da Saúde Sexual».

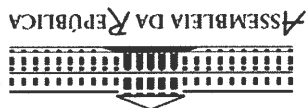
Não tendo sido manifestada qualquer oposição, a redação final foi fixada com as sugestões da DAPLEN.

A reunião foi encerrada às 12:01 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#). A vídeo-gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2021.

A PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 78/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Bruno Aragão (PS)
Cristina Jesus (PS)
Hortense Martins (PS)
Joana Lima (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Susana Amador (PS)
Susana Correia (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Alberto Machado (PSD)
Alvaro Almeida (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
Moisés Ferreira (BE)
Paula Santos (PCP)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
Bebiana Cunha (PAN)
André Ventura (CH)
Francisco Rocha (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
João Gouveia (PS)
Luís Graça (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Sara Velez (PS)
Fernanda Velez (PSD)
Helga Correia (PSD)

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

José Manuel Pureza (BE)